

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REVISTA JURÍDICA IN VERBIS
CONSELHO EDITORIAL DA 45ª EDIÇÃO
Processo Seletivo Edital 02/2018
Resultado Definitivo da Seleção Formal

A REVISTA JURÍDICA IN VERBIS, por meio de seu Conselho Editorial, com sede no Setor de Aulas I, Campus Universitário Central da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, localizado em Lagoa Nova, CEP: 59072-970, Natal – RN, torna pública a lista de ARTIGOS APROVADOS NA SELEÇÃO FORMAL de trabalhos científicos para a 45ª edição do periódico, cuja materialização dar-se-á em observância com as especificações e disposições contidas no Edital 02/2018, previamente publicado.

Cumprе frisar, precipuamente, que todos os critérios norteadores considerados para a análise formal dos artigos submetidos foram extraídos das normas previstas no Edital 02/2018, no Guia de Normas, assim como no Artigo Modelo. Destarte, após o prazo de 72 (setenta e duas) horas para interposição de recursos ao Resultado Preliminar da Seleção Formal divulgado em 11 de dezembro de 2018, arrolamos, a seguir, os títulos dos artigos aprovados e que, portanto, serão analisados na Seleção Material, próxima etapa do Processo Seletivo.

ARTIGOS APROVADOS – SELEÇÃO FORMAL
O ACORDO DE LENIÊNCIA NO ÂMBITO DO SISTEMA DE RESPONSABILIZAÇÃO DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (LEI N.º 8.429/92)
COMANDO VERMELHO E PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL: O FENÔMENO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS BRASILEIRAS À LUZ DO PLURALISMO JURÍDICO E DA SOCIOLOGIA WEBERIANA
Direito e Justiça: uma abordagem social e uma análise das minorias no século XXI
VIDEOGAMES E CRIMINALIZAÇÃO CULTURAL: ENSAIO SOBRE A (IN)DEPENDÊNCIA ENTRE JOGOS VIOLENTOS E AGRESSIVIDADE
Um paralelo entre a Ética e o Direito: uma análise do Código de Ética Profissional do sistema CONFEA/CREAS de 2002
CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO NO BRASIL E O ABORTO DE FETOS

ANENCÉFALOS: UMA DECISÃO À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS
NULIDADE DA CONTRATAÇÃO SEM CONCURSO PÚBLICO: REPERCUSSÕES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO TRABALHADOR
SOBRE A IMPORTÂNCIA DO CONTRASTE DA VISÃO LEIGA E DA VISÃO DO JURISTA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: A LIBERDADE DE EXPRESSÃO
Penas de morte como consequência da cultura de violência
ALÉM DO DIREITO À VIDA: A PENA CAPITAL NO CENÁRIO INTERNACIONAL COMO VIOLAÇÃO DE GARANTIAS JURÍDICAS INDIVIDUAIS MÍNIMAS
A função criativa do juiz para a resolução de hard cases: a questão do aborto na ADPF 54 e no HC 124.306
A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO ACORDO DE NÃO-PERSECUÇÃO PENAL: UMA ANÁLISE DO ART. 18 DAS RESOLUÇÕES Nº 181 E 183 DO CNMP
O TRATAMENTO AO INIMPUTÁVEL E A JURIDICIZAÇÃO DA PERICULOSIDADE COM A REFORMA PENAL DE 1940
O ATO INSTITUCIONAL NÚMERO 1º COMO A POSSÍVEL CONSTITUIÇÃO DE 1964
PROCESSO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO
MOROSIDADE NO ANDAMENTO PROCESSUAL: ANÁLISE DOS RESULTADOS DA 24ª VARA DE FAMÍLIA DA CIDADE DE MACEIÓ
O PARADOXO ENTRE OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A PROTEÇÃO DA IMAGEM SOCIAL DA PESSOA HUMANA: CRIMES CONTRA A HONRA E O STAND UP COMEDY
OS 30 ANOS DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DEMOCRÁTICA
O PERFIL DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE MARABÁ/PARÁ: VÍTIMAS, AGRESSORES E MANIFESTAÇÕES DE VIOLÊNCIA
OS DIREITOS HUMANOS EM DEFESA DA MULHER: UMA ANÁLISE JURÍDICA E SOCIAL
O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E SUAS CARACTERÍSTICAS COM ENFOQUE AO CRIME DE GENOCÍDIO E A SUA CONVENÇÃO PARA PREVENÇÃO E REPRESSÃO DESTE CRIME
A INFLUÊNCIA DA TEORIA DA APROPRIAÇÃO ECONÔMICA DE RAYMOND SALEILLES NA “DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL PRIVADA”: UM ESTUDO SOBRE O CASO PINHEIRINHO.
A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE POR MEIO DAS AÇÕES COLETIVAS
CONSCIÊNCIA AMBIENTAL E EDUCAÇÃO ENQUANTO PRÁTICA NECESSÁRIA PARA RESGUARDAR O DIREITO DAS FUTURAS GERAÇÕES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL
O CONTRATO INTERMITENTE EM PERSPECTIVA
ATUAÇÃO PREVENTIVA DE CONFLITOS ATRAVÉS DO PROJETO VIOLÊNCIA

NAS ESCOLAS: UMA BREVE ANÁLISE DAS SUAS CONTRIBUIÇÕES NAS DISCUSSÕES SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL NO ÂMBITO EDUCACIONAL
O advento dos ideais iluministas e a mudança paradigmática da pena: do suplício à prisão
AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA E SUAS NUANCES: A POSSIBILIDADE DE O JUÍZO DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA DECRETAR PRISÃO PREVENTIVA APÓS O RELAXAMENTO DE PRISÃO ILEGAL
A evolução da proteção à mulher contra a violência doméstica à luz do texto normativo brasileiro.
A REESTRUTURAÇÃO CONSTITUCIONAL DA SÚMULA VINCULANTE
DIREITOS E INTERNET: UMA COMBINAÇÃO COMPLEXA, MAS NECESSÁRIA
UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL SOBRE O ASPECTO SOLIDÁRIO DA PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS PARA O IDOSO E NÃO SOLIDÁRIO PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE
ALTO CUSTO DE UM SISTEMA PENITENCIÁRIO FALIDO: VIOLÊNCIA, DESUMANIDADE E ONEROSIDADE
A DESCARACTERIZAÇÃO DO CENTRO DE ABASTECIMENTO DE FEIRA DE SANTANA E SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS NO CAMPO DA CULTURA E NA CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO
A SOLIDARIEDADE SOCIAL COMO FUNDAMENTO DE DIREITO NA PERSPECTIVA DE LÉON DUGUIT
DIREITO PENAL E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE O ALTO ÍNDICE DE ENCARCERAMENTO E A EDUCAÇÃO NO BRASIL
Quem cala, consente?
A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 75 E O GATT/1994: UM ESTUDO ACERCA DO DESCOMPASSO ENTRE A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA MUSICAL E A CLÁUSULA DE TRATAMENTO NACIONAL
A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A SOBREVIVÊNCIA NO ESPAÇO URBANO
Terceirização na Administração Pública: uma análise sobre o Decreto Federal 9.507/18
A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL COMO MECANISMO DE FORTALECIMENTO DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE À ADOÇÃO
A consciência ambiental coletiva através da história e o Direito Ambiental Internacional
DEMANDA PUNITIVA E REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: A CRIMINOLOGIA MÍDIÁTICA E A MITIGAÇÃO DO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
JURISDIÇÃO E ATIVIDADE CRIATIVA COMO SUPRESSOR DE LACUNAS DO CASO DE ADEQUAÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL ENTRE CASAIS HOMOAFETIVOS
ANÁLISE DO RESP. N.º 1.381.191 - SP DO STJ À LUZ DA FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE, DO PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE E DA PRESERVAÇÃO DA FLORA BRASILEIRA
EVOLUÇÃO LEGISLATIVA E DESEMPENHO JURISDICIONAL: UMA ANÁLISE

ACERCA DO COMBATE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
POLICIA MILITAR IN(DEVERÁ) REALIZAR PRISÃO EM FLAGRANTE DE MEROS CONSUMIDORES DE DROGAS DEVIDO AO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA IN(VIOLANDO) A INDELEGABILIDADE DA JURISDIÇÃO
O INTERESSE SOCIAL E O DIREITO DE PROPRIEDADE, GARANTIAS CONSTITUCIONAIS ANTAGÔNICAS OU COMPATÍVEIS, NO PROCEDIMENTO EXPROPRIATÓRIO COM FINS DE REFORMA AGRÁRIA
Uma síntese sobre a descriminalização do aborto no Brasil
UMA BREVE ANÁLISE SOBRE OS PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS ESPECIAIS EM MOSSORÓ NO ANO DE 2016
CONTROLE PARENTAL E PROTEÇÃO DE DADOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
JUDICIALIZAÇÃO DE DESPESAS PÚBLICAS: REALIDADE INEVITÁVEL NO ATUAL MOMENTO DO CONSTITUCIONALISMO?
INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE A NATUREZA JURÍDICA DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
ANÁLISE DO CABIMENTO DA COBRANÇA NO BRASIL DE DÍVIDA DE JOGO CONTRAÍDA POR BRASILEIRO EM PAÍS ESTRANGEIRO À LUZ DO JULGAMENTO DO RESP N.º 1.628.974/SP
DESBIOLOGIZAÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA FRENTE AO ELEMENTO DA AFETIVIDADE: ANÁLISE DOS VÍNCULOS FAMILIARES SOCIOAFETIVOS NA OBRA HELENA DE MACHADO DE ASSIS
A INFLUÊNCIA DA HOMOFOBIA NO CAMPO JURÍDICO: UMA ANÁLISE DO EFEITO BACKLASH ÀS DECISÕES DAS CORTES SUPREMAS NORTE-AMERICANA E BRASILEIRA SOBRE O CASAMENTO HOMOAFETIVO

Natal/RN, 11/12/2018

O Conselho Editorial